

A ópera bufa da política¹

The clown opera of politics

MICHEL MAFFESOLI

Sociólogo e professor na Universidade de Paris-Sorbonne.

RESUMO

O distanciamento entre o agir político e o povo. As complexas relações entre aqueles que dão voz, os que falam e os que ouvem. Em um contexto de mentira puritana e pressentimentos de simulação na determinação do agir em nome de uma justiça social é que o texto reflete sobre as interfaces da política contemporânea através da reinterpretação de clássicos. Assim, apresenta-se uma sabedoria popular construída ao longo do tempo em que a aparente *justiça* na verdade é enganação. No entanto, frequentemente ela reaparece, como um soluço e, carregada de realismo, deixa o desejo do aparecimento de gênios políticos que expressem a pós-modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Político; Realidade social; Pós-Modernidade; Filosofia.

ABSTRACT

The gap between political action and the people. The complex relationships between those who give voice, those who speak and those who listen. In a context of Puritan lie and hunches simulation in determining act on behalf of social justice is that the text reflects on the interfaces of contemporary politics through the reinterpretation of classics. Thus, a popular wisdom is presented built up over time in which apparent justice is actually deception. However, it often reappears as a hiccup, and loaded with realism, lets the desire of a political geniuses appearance to express postmodernity.

KEYWORDS: Politics; Social Reality; Post modernity; Philosophy.



Acima da realidade, há a possibilidade.”

Martin Heidegger

Apoiando-se em pensamentos curtos, baseados na urgência e no prurido de servir, o político não age mais com discernimento, acabando por pagar caro por isso: a desconsideração pelo discurso político, que só interessa a alguns adeptos. E, mais grave ainda, o fenômeno da abstenção crescendo sem parar. Eis algumas expressões da saturação do ideal democrático sobre o qual se assentou a modernidade. Pode-se dizer que, por trás de Alexandre, o grande, havia Aristóteles. Tudo é simbolismo. Mas esse é especialmente expressivo ao destacar a necessidade imperiosa para a atividade pública de se beber num pensamento autêntico para cultivar a reflexão e a sabedoria geradas pela solidão a fim de perceber a importância do que não está aparente, ou seja, valorizar a permanência das coisas que se escondem naquilo que parece insignificante. Georg Simmel concebeu a esse respeito à bela imagem do “rei clandestino”, aquele que tem uma potência bem mais forte e mais duradoura do que o poder sempre tão frágil e de tão curta duração.

A “realidade” (econômica, política, social) não tem consistência se esquecermos o “Real” pleno de possibilidades sobre o qual ela repousa. Os grandes políticos nunca se enganaram quanto a isso: eram, antes de tudo, sonhadores e místicos. É da árvore do conhecimento que o político tira a sua dignidade. Sem isso, termina na água suja do banho, a famosa política partidária, objeto de riso e de desprezo geral. Do mesmo modo, ele deve saber captar o “espírito-princípio”, a “ideia-força” (A. Fouillée) de cada época histórica e que funciona como agente subterrâneo produzindo vida e movimento. Chateaubriand, em relação a isso, lembra que não podemos apagar

essa “eletricidade social” que move os povos. E acrescenta: “Precisamos aprender a conviver com ela como se vive com a máquina a vapor. É preciso aprender a usá-la” (*Memórias*, XXXI, II).

Basta trocar algumas palavras, acrescentar *twitter*, blog, redes sociais, internet, etc., para perceber a atualidade dessa “eletricidade” que, mesmo sendo imaterial, não é menos incrivelmente eficaz. A política não é mais, simplesmente, que o fato de conviver com outros num determinado lugar. Um lugar que serve de vínculo. O vínculo é uma terra natal com um aspecto particular, um cheiro, um céu no qual ela se reflete, em suma, uma biosfera a partir da qual pode crescer um estar-junto. Em algum momento, chamei isso de *enraizamento dinâmico*. Oximoro que destaca o entrecruzamento do tempo e do espaço a partir do qual se constitui a comunidade de destino. Resta ainda identificar as características dessa comunidade num dado momento: essa é a arte do político. É assim que está em sintonia com a sua época e pode, portanto, representá-la de uma maneira, ao mesmo tempo, pertinente e prospectiva.

O problema é que um ciclo está terminando. A “crise”, da qual não param de nos encher os ouvidos, é a expressão mais acabada disso. Esse é o resumo mais perfeito daquilo sobre o que se assentava o ideal democrático moderno. Uma representação política baseada numa representação filosófica. Assim, este ou aquele político expunha um programa racional e, de acordo com a validade dele, convencia e obtinha os votos dos eleitores. Somente a razão tinha algo a dizer. O famoso “contrato social” elaborado na esteira da filosofia iluminista ou, ainda, o “Ideal democrático”, ao longo do século XIX, foram causa e consequência da representação da filosofia política da modernidade. É isso que está passando por uma mudança.

Uma transfiguração do político está acontecendo, em grande velocidade, diante dos nossos olhos. O racional cede espaço ao emocional. O contrato de longa duração transforma-se em pacto efêmero. Daí que, ao contrário do que se está acostumado

a pensar e de encontro ao que foi disseminado nas escolas como produto principal (Ciências Políticas, Escola Nacional de Administração – ENA e em outras grandes escolas de obediência jacobina), o político deve menos demonstrar ou explicar um *projeto* longínquo do que participar de uma *visão comum*.

Com ajuda dos meios de comunicação a ênfase deve ser dada à reversibilidade, ao *feedback*, à participação, ao que privilegia a empatia, essa forma contemporânea de eletricidade social, a qual, para bem ou mal, aciona as efervescências que, em todos os campos, agitam o corpo social. Viralidade e contaminação estão na ordem do dia. Sendo assim, está fora de sintonia todo político que trabalha com base num saber exterior e um tanto abstrato. Ele só conseguirá atualizar os alicerces profundos, característicos do viver-junto contemporâneo, retomando a maiêutica platônica ou os procedimentos das tradições de iniciação. Sim, é preciso levar a sério a mudança de paradigma em curso. Aquilo que, no momento do seu surgimento, fazia todo sentido se torna totalmente insensato. É o que ocorre com a política, transformada em antífrase, pois deixa de designar essa “coabitação”?

Resta a casca, a palavra: a amêndoa se foi. E, embora sejam comuns na classe política, aqueles que não são capazes de tomar consciência dessa situação são poltrões que, escorados nas suas certezas, permanecem incapazes de ver que um modelo de organização social, por mais eficaz que tenha sido, não corresponde mais ao espírito do tempo. É o que está acontecendo com o “modelo francês”, esse modelo da verticalidade jacobina que, preso na sua abstração, não consegue captar o elemento telúrico fundamental que podemos chamar de *aprendizagem recíproca*, de um saber sempre em movimento com uma maneira de ser que, como destaquei outras vezes, privilegia o hedonismo do presente e o fato de que ele é vivido em constante interação com os outros. As efervescências de todos os tipos, inclusive as ritualísticas greves, manifestações, *happenings* e outra expressão do “saco cheio” estão aí para provar

isso. A política está, cada vez mais, contaminada pelo festivo e pelo lúdico. O retorno dos afetos na esfera pública é o indicativo mais claro do fato que não se pode mais cortar o ser social em fatias. É justamente essa *inteireza* que escapa de modo singular à compreensão do racionalismo da classe política.

A dicotomia razão/paixão, espírito/vida saiu de moda. Um *pensamento apaixonado* tende a prevalecer. Daí a necessidade de fazer funcionar uma ação de mesma natureza. Já mostrei como, embora possa ter parecido desordenado ou mesmo abrupto, Nicolas Sarkozy foi um presidente “pós-moderno”. Não mudei de ideia. A aliança, ainda que meio antinatural, indo da extrema-esquerda à extrema-direita, passando por um centro murcho e por uma socialdemocracia anacrônica, bloqueou, por algum tempo, na França, o processo desencadeado por ele. Mas, ao enfatizar uma atmosfera emocional, privilegiando a horizontalidade do “grande irmão”, dessacralizando a função presidencial e mostrando que a Cultura clássica podia ser contrabalançada por outras culturas, tomando a dianteira, esse presidente atípico, esse “príncipe de sangue misto”, esteve em perfeita sintonia com seu tempo.

Certo, a normalidade-normativa dos acólitos da ENA e dos seus cúmplices sindicais parece retornar com força, mas a vaga de fundo parece irrefreável e incontestável em todos os países que funcionam como laboratórios da pós-modernidade. A França, em maior ou menor tempo, não poderá escapar disso ou não conseguirá mais administrar a coisa pública simplesmente com base na razão. Os sentidos terão a parte deles nesse jogo. Pascal, um pouco na contramão do seu tempo, havia bem pressentido tal *inteireza* quando declarou: “A razão precisa apoiar-se e fundamentar todo o seu discurso em conhecimentos do coração e dos instintos” (*Pensamentos*, 101). Tal razão sensível é o que melhor caracteriza a atmosfera mental deste momento. A política não poderá ignorá-la sob o risco de separar-se totalmente da evolução geral atual.

Melhor seria dizer da “revolução” promovida pela época. Falo no sentido etimológico (“revolver”), enfatizar o que retorna. Um retorno na contramão. Contra o simples progressismo, a “progressividade” das coisas que envolvem a importância da tradição e o enraizamento nos usos e costumes comunitários considerados ultrapassados. Foi ao estigmatizar estupidamente, sob a influência de alguns conselheiros “republicanos”, o “comunitarismo” que o presidente Sarkozy fracassou muito próximo de atingir o objetivo. Na mesma linha de raciocínio, foi a nostalgia do “valor trabalho” que o fez perder de vista a mudança societal da qual, em outros aspectos, ele se apresentava como porta-voz ou reflexo.

A “revolução” societal em curso nada mais é que o deslizamento da ordem racional rumo a uma ordem emocional, o que exige saber tomar tudo como objeto, mesmo aquilo que é considerado como frivolidade total. Considerar qualquer coisa como objeto permite exprimir o todo da existência, o que chamo de inteireza, a potência obscura da vida: a interação de todos os sentidos e o senso da totalidade. Assim, em lugar de se deixar enrijecer pelo intelecto ou tetanizar pelo cérebro, como acontece com todo o tipo de tecnocrata, cabe retornar (retorno a contracorrente) na direção do bom senso. Retornar à “proxemia”, isto é, à origem de toda “convivência”. A normalidade-normativa só vem depois. A “lei segue os costumes”. Ela deve adaptar-se a eles. A legalização é, nesse sentido, tributária da existência e só pode surgir a posteriori. Tal compreensão das coisas caracteriza o gênio político, aquilo que falta aos que imaginam poder “levar” o povo como uma fábrica da Ford, ou seja, aplicando, sem considerar os efeitos, algumas regras racionais a exemplo do que Taylor fez na época.

Seremos capazes de reconhecer que a verdade é dependente do seu tempo? Nosso umbilicalismo dificulta as coisas. Apesar disso... Quando olhamos na longa duração das histórias humanas vemos que um princípio gerador da convivência acaba sendo substituído por outro não menos potente. Na transição, continua-se usando termos,

ideias e instituições que já não se encontram em sintonia com seu tempo. Somente depois da festa é que encontramos as palavras e os gestos adequados ao que foi vivido.

Para descrever esses momentos de vacuidade, podemos retomar a fórmula de Mallarmé: uma “moeda usada”. Moeda que, em certos momentos, passa de mão em mão no mais absoluto silêncio do pensamento. Talvez seja isso a conversa fiada. Pastichamos aquilo que um dia foi algo fundador, mas que, não tendo mais o dinamismo da juventude, tornou-se pesado e sem viço. Por exemplo, os famosos “valores republicanos”. Já não sabemos mais o que isso quer dizer, mas continuamos a recitar infatigavelmente o que eles devem representar. Isso se transformou numa ideologia. O republicanismo serve para estigmatizar o que não cabe mais na sua forma envelhecida. O mesmo ocorre com a laicidade, que era a especificidade dos não religiosos nos mosteiros, os “irmãos” leigos. Esse aspecto laico se tornou “laicismo”, sendo apropriado pelo espírito-sacerdote. Não existem fanáticos piores do que aqueles que defendem, com unhas e dentes, a não intromissão do religioso na esfera pública. Proclamam-se “livres pensadores” e, como dizia ironicamente Nietzsche, são tudo, menos livres e pensadores. Mentes dominadas por preconceitos ideológicos. Muitos, já com certa idade, ocupam as suas vidas de aposentados travando combates na retaguarda de utilidade totalmente duvidosa.

O mesmo vale para os “novos contratos sociais” que, aqui ou ali, florescem nos discursos dos encontros políticos ou nos debates de televisão, nos quais os protagonistas de todos os campos tentam provar que eles são decididamente “modernos”. Aí é que dói. Reivindicando-se como tal, não percebem que estão atrasados nessa guerra e que os seus argumentos cheiram a século XIX, comoventes, claro, mas completamente datados.

Em certos momentos, as “formas” são formantes: determinam o que vem a ser. Dão existência. São cadinhos onde se elabora a vida societal. Assim, ao longo do século XIX, com atrasos e retrocessos, de maneira dificultosa, a “forma” “república” possibilitou

a elaboração de um tipo de compartilhamento. Daí derivando as instituições que conhecemos beneficiando, por exemplo, a educação, a saúde e a solidariedade. A própria noção de “serviço público” é a expressão mais perfeita disso. Sob vários aspectos, aquilo que chamamos de “modelo francês” foi moldado nessa forma e afetou amplamente inúmeros países pelo mundo sob a sua influência intelectual.

Mas, quando uma “forma” não corresponde mais ao espírito do tempo ela tende a converter-se em “fórmula”, um buraco sem fundo onde vamos colocar velharias que não nos servem mais, mas das quais não ousamos nos desfazer. A “fórmula” sufoca. Ela não tem dinamismo. Exprime a alma dos vencidos que não conseguem disfarçar o temor do que está chegando. Por exemplo, em relação ao que acaba de ser dito: incapacidade de reconhecer e de acompanhar o surgimento das tribos “pós-modernas”. Medo, igualmente, diante do dinamismo das solidariedades de proximidade. Pavor diante do retorno, com ajuda da internet, da “forma” iniciação que faz a “fórmula” educação nacional parecer bem datada. Seria possível exemplificar sem parar. O republicanismo não consegue identificar a emergência de um mosaico societal, com sua característica própria, que exprime o dinamismo das almas dos vencedores. De tanto falar em evolução social, os progressistas tornaram-se retrógrados, encurralados numa linha “Maginot” cuja extraordinária eficácia a história já mostrou. A propósito do homem soviético, de quem muitos intelectuais (e não dos menos importantes) ou políticos gabaram os méritos, Arthur Koestler falava, com pertinência, de um “neandertal industrializado”.

Esse é o ponto. Podemos questionar se os responsáveis por um serviço público englobando campos que não são de suas competências não podem ser qualificados da mesma maneira. O mesmo vale para o “Estado do Bem Estar Social” e para os seus inúmeros servidores que gerem uma engrenagem autossuficiente cuja função é menos de serviço público e mais de reprodução dela mesma. O mito de Cronos, que come os próprios filhos, é recorrente. Devorando o que ele gera, destrói o que pode ser criativo.

Eis o que os políticos não ousam dizer. O teoricamente correto os proíbe de fazê-lo. Às elites dos períodos decadentes falta coragem. Disputam entre elas qual será mais republicana, mais democrata, mais social. “Tu me pegas, eu te pego pela barbicha, o primeiro que rir...”. O riso, porém, será de curta duração. Até que surja outra elite em sintonia com seu tempo, os políticos do momento continuarão a cortejar a deusa Razão, causa e efeito desse “social” que reduz o compartilhamento ao parâmetro unicamente racional. E, como sabemos, um verdadeiro cortesão não deve ter honra nem cheiro.

Há, com certeza, exagero nos adjetivos utilizados, mas a administração municipal, na França, é, sob vários aspectos, a quintessência da providência vinda de cima. O seu poder, claro, diminuiu, mas na mentalidade dos eleitos, de todos os horizontes políticos, desempenha o antigo papel da *fons perennis*, a fonte eterna das benfeitorias de Deus Todo-Poderoso, o que gera fascínio e deslumbramento. Vestígio de tempos antigos nos novos tempos, trata-se de um freio inconsciente a toda iniciativa vinda de baixo, aquela que corresponde melhor ao tópico pós-moderno por excelência: a horizontalidade.

Quanto à honra, não sei. Mas não ter cheiro pode ser contra-produtivo num momento em que os afetos recuperam uma força e um vigor inegáveis. Urge que os políticos, deixando de cortejar uma “forma” social ultrapassada, saibam entrar em sintonia com a expressão de todos esses odores, ou seja, no sentido estrito, todas essas secreções emanadas do corpo social, que não é mais, desde então, apenas uma metáfora usada por sociólogos com cheiro de naftalina, mas a expressão dessa inteireza, essa totalidade do ser: pessoal e coletivo.

A utopia pode ter sido maiúscula. A modernidade constituiu-se em cima disso. O ideal progressista de uma sociedade perfeita, essa forma política da *cidade de Deus cristã*, é de origem messiânica. O mesmo vale para o Estado do Bem-Estar Social, Estado providência, que democratiza as benfeitorias divinas. O funcionalismo, nessa ótica,

desempenha o papel de “burocracia celeste” que, regularmente, coloca-se a serviço dos povos para consumir esse louvável e um tanto ilusório desejo de perfeição. Mas eis que tudo passa, tudo se quebra, tudo cansa. E, mais que uma perfeição distante, os povos satisfazem-se com uma completude próxima. Preferem uma vida vivida, bem ou mal, junto com outros em determinado lugar. A utopia não desaparece, toma outra forma. Albert Camus falou em “utopias relativas”. Faz sentido na medida em que traduz bem a improvisação existencial, os ajustamentos, as adaptações a essa dura necessidade que é o fardo da natureza humana. Os gregos fizeram de Anankè uma deusa temível com a qual era melhor negociar.

Há nessa adaptação à necessidade algo que remete ao sentimento trágico da existência, o que não deixa de ter grandeza, nem que seja por forjar espíritos fortes e fortalecer a espinha do corpo social. A utopia “relativa” dá novamente à vida cotidiana uma inegável nobreza. Isso enfatiza a “relação”. É essa “religação”, que une e dá novamente confiança, o grande desafio para a socialidade do homem sem qualidades com seus diferentes protagonistas na ação pública, especialmente os políticos.

Nessa *religação pós-moderna* (estar ligado aos outros, sentir-se numa relação de confiança com o mundo), estamos longe da ideologia da mudança, este pálido substituto do mito do incêndio universal ou do dilúvio, existente, desde a epopeia de Gilgamesh, depois na Bíblia, em todas as culturas, que ressurgue regularmente nas histórias humanas. Aparece na obra de G. Sorel no mito da “greve geral”. A política moderna que é, como se sabe, a forma profana da religião cristã vive obcecada pela “mudança”. Mas não é certo que isso corresponda ao princípio secreto em ação na vida sem qualidades dos povos. Aquilo que age nesse lençol freático invisível, além ou aquém do meramente social, sustenta o que chamamos de societal. Claro que existe como fundamento de toda convivência uma efervescência geradora, mas ela não é movida nem pela mudança nem pela atitude conservadora.

Recorrendo a certas imagens para explicar melhor isso, podemos dizer que não se trata nem da flecha do tempo progressista nem do círculo reacionário. Um termo inglês utilizado pela marinha parece mais adequado: *rhumb*. Designa o quadrante dos ventos. Vem do grego *rhumbos*, significando rotação. Ou *rhumbon*, circunvolução em espiral. É exatamente isso que está no coração da sabedoria dos povos, a aceitação ou até mesmo o desejo de rotação em espiral. Em outras palavras, apetência pelo que nos acontece, pelo que nasce ou, melhor, renasce a partir de raízes ancestrais, esse enraizamento dinâmico. É essa conjunção de fatores opostos que a política moderna não pode e não quer admitir. Poderíamos aqui utilizar uma observação de Joseph de Maistre: se faltamos com a verdade é por termos “um medo mortal de encontrá-la”. Sim, medo de ter de colocar por terra os nossos dogmas tranquilizadores.

Um medo mortal de abandonar o pensamento correto. Quem não se permite avaliar a força do fogo gerador, que anima constantemente a existência, não pode, de modo algum, prever os incêndios que, quando esse fogo não é regulado, inflamam regularmente o corpo social. O desafio, como se vê, é de enorme dimensão: nem a terra arrasada da revolução, nem mudança reformista, nem a permanência do *status quo* mortífero. Na “utopia relativa” está em jogo uma espécie de adaptação trágica ao existente. Um saber-viver que, ao longo dos tempos, garantiu a sobrevivência da espécie humana. É esse sentimento trágico, sentimento, evidentemente mais vivido do que pensado, que permite compreender uma ambiguidade, salvo se for uma ambivalência, característica de toda vida coletiva. Essa ambiguidade/ambivalência fundadora que bem caracteriza o claro-escuro da existência: nem a cegueira do “iluminismo” progressista nem o obscurantismo da blindagem revolucionária.

Atribui-se a Antonio Gramsci uma bela fórmula bem delimitando essa dupla polaridade tratada acima: “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade”.

Inúmeros são os políticos, de todos os horizontes, que usaram e abusaram dessa fórmula. Será que compreenderam bem o seu sentido? Homem de ação e de reflexão, Gramsci foi ele mesmo uma bela ilustração do “intelectual orgânico”. O partido comunista (que o defendeu sem muita energia e pouco fez para tirá-lo dos porões de Mussolini) interpretou essa expressão de maneira enviesada: o “intelectual orgânico” é o partido, organização política das massas. Nada disso. Enraizado na sua cultura sarda, nosso político filósofo queria por aí expressar que só estando enraizado numa maneira de ser e pensar (isso é a cultura) é que podemos compreender a sua dinâmica, a sua força interna, a sua rotação em espiral. Tudo isso a partir dos caprichos dos ventos, outra maneira de falar da importância das atmosferas mentais que permeiam os imaginários sociais. Assim, o “intelectual orgânico” pode ser comparado ao “gênio”, que tira a sua genialidade do seu enraizamento no espírito coletivo: o *genius*, o espírito das gentes do qual ele participa. O gênio não é, como se diz ou se crê frequentemente, “potente e solitário”. Só é “potente” se consegue exprimir a potência do povo. É dessa forma, na melhor das hipóteses, que podemos compreender o gênio político, porta-voz da vida sem qualidades, capaz de expressar em alta voz o que é sussurrado pelo povo do qual ele é originário. Ele só poderá encarnar essa qualidade se for capaz de atuar como representante dessa vida da qual ela emana.

Retomando a fórmula de Gramsci, “pessimismo da inteligência” é a expressão apropriada dessa sabedoria popular que relativiza a ação do “príncipe”. Poderíamos fazer a genealogia dessa desconfiança congênita em relação aos poderes que se situam no alto: todos se parecem, fazem sempre a mesma coisa, são do mesmo meio, em termos mais sofisticados, praticam entre eles uma endogamia estrutural. Tudo isso acarreta alguns discursos sob a forma de clichês nas conversas no “clube do comércio” e nos bate-papos de balcão de boteco sobre a “crise”, os “bons velhos tempos” e a incapacidade dos poderosos do momento de gerir e regular tudo isso.

O que dizer do “otimismo da vontade”? Apesar de todos esses discursos enfadonhos, a vida, bem ou mal, segue em frente. Ela não vale, talvez, nada, mas nada vale a vida. Podemos encontrar em profusão observações desse tipo expressando um hedonismo popular irrefutável: não sabemos como será o amanhã, melhor aproveitar aqui e agora. Eis como se apresenta essa ambiguidade/ambivalência própria da sabedoria popular, o que se pode traduzir assim: pessimismo quanto às representações da vida, otimismo quanto à sua apresentação. Trata-se de um “modo de ser” profundo irreduzível a essas formas pontuais e superficiais tão ao gosto dos políticos míopes. Superficialidade acompanhada de números, o que levou um humorista a fazer uma classificação dos pecados: “pecado venal, pecado mortal e estatística”. Ou como disse o fino Winston Churchill: “As estatísticas são a forma mais elaborada da mentira”.

O modo profundo de ser dos povos não deveria ser a maior preocupação dos políticos? *Rhumb*, os ventos movimentam-se em espiral. O caminho de quem está atento às coisas coletivas pode não ser orientado por um único fim, um objetivo a ser alcançado, mas é preciso não perder o rumo. Só assim a sua voz poderá ser ouvida. Não basta ostentar probidade nem apenas seguir a relação que leva da normalidade à normatividade. A banalidade que caracteriza o homem sem qualidades nada tem a ver com a “normopatia”. Ao contrário, ter o senso do comum implica saber considerar a diferença, o paradoxo e até o excesso. Não esqueçamos que o oximoro é certamente a figura de linguagem mais em sintonia com o espírito do nosso tempo.

Com ideias cinzentas (especialidade da tecnocracia dominante dos “enarcas”) é possível fazer demonstrações, mas não convencer. Por algum tempo, dá para fazer o país aceitar a falta de coragem intelectual e alguns pontos de vista limitados do século XIX. Mas apenas por algum tempo. Pois a atmosfera mental atual tende para a sedução e acaba por ser necessário recorrer às coisas válidas para o presente e não para uma época ultrapassada. Sob o encantamento da “mudança”, sentimos que avança mascarado o esgotamento de um paradigma, a agonia da modernidade.

Mesmo baixinho ou a contragosto o povo deu voz aos políticos e ouve até o que não é dito. Ele sente o cheiro da mentira no puritanismo e pressente a simulação na determinação de agir sempre em nome da justiça social. A sabedoria popular sabe por experiência, acumulada ao longo do tempo, que essa *justiça* é uma enganação. Demagógicamente podemos, de vez em quando, brandi-la, como um soluço, diante de crianças turbulentas. Mas, com realismo, sabe-se que só a *justeza* é que importa.

Em contraposição à justiça abstrata, constantemente defendida no âmbito de uma lógica do “dever-ser”, que confunde moral e política, a justeza é o entendimento com os outros, um arranjo com o que se passa num certo momento em determinado lugar. Essa é a verdade do momento. E só o verdadeiro pode fecundar. “Nós inventamos a felicidade, dizem os últimos homens piscando um olho”. Essa observação de Nietzsche poderia ser aplicada a esses políticos que, instalando comissões, concertações e assembleias gerais, “piscam o olho” propondo a felicidade enquanto, por trás dessa oferta de serviço, ouve-se, sub-repticiamente, o barulho repetitivo da verdadeira obsessão deles: o poder pelo poder. Daí, em termos nada grandiloquentes, o desprezo e a ironia que os desacreditam ou, ainda, a indiferença que provocam.

Quando vão aparecer gênios políticos, no sentido que dei aqui a esse termo, aqueles que personificam uma coletividade e cristalizam as suas aspirações profundas? É a partir dessas atitudes que os políticos, em vez de repetir eternamente as ladainhas sobre os valores modernos, saberão exprimir a epopeia pós-moderna que, subterraneamente, toma conta do corpo social. E através disso, em sintonia com a atmosfera do momento, poderão lembrar que, acima da realidade rebaixada ao econômico, há o campo dos possíveis: o “Real” na sua inteireza. ●

NOTA

¹ Tradução Juremir Machado da Silva, professor do PPGCom FAMECOS – PUCRS.